



15º CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA PROVIMENTO DE CARGOS NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PROCURADOR DO ESTADO

INSTRUÇÕES

Leia atentamente e cumpra rigorosamente as instruções que seguem, pois elas são parte integrante das provas e das normas que regem esse certame.

1. Atente-se aos avisos contidos no quadro da sala.
2. Seus pertences deverão estar armazenados dentro do saco plástico fornecido pelo fiscal, permanecendo em sua posse somente caneta esferográfica de ponta grossa, de material transparente, com tinta preta, documento de identidade, lanche e água, se houver. A utilização de qualquer material não permitido em edital é expressamente proibida, acarretando a sua imediata exclusão do certame.
3. Certifique-se de que este caderno contém 100 (cem) questões e refere-se ao cargo para o qual realizou a inscrição.
4. Cada questão oferece 5 (cinco) alternativas de respostas, representadas pelas letras A, B, C, D e E, sendo apenas 1 (uma) a resposta correta.
5. Será respeitado o tempo para realização da prova conforme previsto em edital, incluindo o preenchimento da grade de respostas.
6. Os três últimos candidatos deverão retirar-se da sala de prova ao mesmo tempo, devendo assinar a Ata de Prova.
7. A responsabilidade referente à interpretação dos conteúdos das questões é exclusiva do candidato.
8. No caderno de prova, você poderá rabiscar, riscar e calcular.
9. O gabarito da prova objetiva será divulgado na data descrita no Cronograma de Execução desse certame.



V1_03/11/2021 10:24:55



Para responder às questões 01 a 10, considere o texto abaixo.

TEXTO 1

01 Aquele que se dedica à crítica das ações humanas jamais se sente tão embaraçado como
02 quando procura harmonizar sob uma mesma luz todos os atos dos homens, pois é comum
03 que se contradigam, a tal ponto que não parecem provir do mesmo indivíduo. Dizem que o
04 Papa Bonifácio VII assumiu o papado como uma raposa, conduziu-se como um leão e morreu
05 como um cão. E Nero, verdadeira imagem da crueldade, tendo de assinar a sentença de um
06 criminoso, observou: — Prouvera a Deus que eu não soubesse escrever! — tanto ____
07 apertava o coração condená-lo à morte.

08 Há tantos exemplos semelhantes que estranho ver por vezes gente de bom senso
09 obstinando-se em dar de alguém uma idéia bem assentada e lógica. Adotam um princípio
10 geral e de acordo com este ordenam e interpretam suas ações, dissimulando-as e
11 deformando-as, se necessário, para que caibam no molde. O imperador Augusto escapou-
12 ____; deparamo-nos nele com uma tal diversidade de ações e atitudes no decurso de sua
13 existência, que os mais ousados juízes, renunciando a julgá-las em conjunto, _____
14 personagem indefinido. Acredito que a constância seja a qualidade mais difícil de se encontrar
15 nos homens. Quem os julga de acordo com cada um de seus atos, está mais apto a dizer a
16 verdade a seu respeito.

17 Se alguém traçasse leis de conduta a orientar inflexivelmente seu regime de vida,
18 veríamos brilhar nos atos e atitudes dessa pessoa excepcional uma harmonia e em seus
19 costumes uma ordem evidentes, como se vê em Catão, o Jovem: quem nele toca uma tecla,
20 toca todas, pois há nele a harmonia dos sons bem afinados, que nunca se entrechocam. Não
21 seguimos, nós outros, tão sábio exemplo, e cada uma de nossas ações decorre de um juízo
22 específico. Nossa condição é tão singular que não raro o próprio vício nos impele a fazer o
23 bem. Daí que não se deve tirar de um ato corajoso a conclusão de que um valente o praticou.
24 Valente será quem o for sempre, em todas as ocasiões. Se for um hábito e não um gesto
25 imprevisto, a virtude ____ fará mostrar sempre a mesma resolução; suportará esse homem,
26 com igual atitude, tanto a leve enfermidade em seu leito quanto o grave ferimento no campo
27 de batalha.

28 Não há maior valentia do que a de Alexandre, o Grande, e no entanto ela nem sempre
29 o acompanha. Por incomparável que seja, tem suas falhas, perturba-se à mais insignificante
30 suspeita de conjuras, o que o leva a temores infundados e a reações de violência e crueldade
31 absurdas, incompreensíveis diante de sua habitual apreciação dos fatos. Eis por que, para
32 reconhecer a virtude de um homem, é preciso seguir suas pegadas, penetrar sua vida; e se
33 não deparamos com a constância alicerçando seus atos, "com um plano de vida bem
34 ponderado e previsto" (Cícero), se sua marcha se modifica segundo as circunstâncias,
35 _____.

36 Somos todos constituídos de pedaços e peças juntados de maneira casual e diversa, e
37 cada peça funciona independentemente das demais. Daí ser tão grande a diferença entre nós
38 e nós mesmos quanto entre nós e outrem: "Crede-me, não é coisa fácil conduzir-se como um
39 só homem" (Sêneca). Se assim é, não deve um espírito refletido julgar-nos meramente por
40 nossos atos exteriores; cumpre-lhe sondar nossas consciências, determinar os móveis a que
41 obedecemos em cada circunstância. É tarefa elevada e difícil, e desejaria por isso mesmo que
42 menor número de pessoas se dedicassem a ela.

(Extraído e adaptado de: Montaigne, "Da incoerência de nossas ações". In: Ensaios, Michel de Montaigne, tradução de Sérgio Milliet, 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980, pp. 159-162. 565 palavras.)

QUESTÃO 01 – Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas tracejadas das linhas 06, 12, 13, 25 e 35.

- A) lhe – lhes – consideram-no – o – abandonemo-lo
- B) lhe – os – consideram-lo – o – abandonemo-no
- C) o – os – consideram-lo – lhe – abandonemo-no
- D) o – lhes – consideram-lo – lhe – abandonemo-no
- E) lhe – lhes – consideram-no – lhe – abandonemo-lo

QUESTÃO 02 – Relacione a Coluna 1 à Coluna 2, associando os personagens históricos citados no texto às características de ações, atitudes ou caráter a eles atribuídas.

Coluna 1

- 1. Papa Bonifácio VII.
- 2. Nero.
- 3. O Imperador Augusto.
- 4. Catão.
- 5. Alexandre, o Grande.

Coluna 2

- () Prazer e medo de fazer mal.
- () Coragem e temor à traição.
- () Estabilidade e congruência de ações e atitudes.
- () Esperteza, coragem e indignidade.
- () Imprevisibilidade de comportamentos.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) 2 – 1 – 4 – 5 – 3.
- B) 1 – 5 – 3 – 2 – 4.
- C) 4 – 1 – 3 – 5 – 2.
- D) 4 – 5 – 2 – 1 – 3.
- E) 2 – 5 – 4 – 1 – 3.

QUESTÃO 03 – Assinale a alternativa que NÃO está de acordo com o texto.

- A) Quem supõe que todas as ações e atitudes de um homem serão sempre coerentes e fundadas em certas ideias ou princípios constantes enfrenta dificuldades para julgá-lo.
- B) Quem reconhece a instabilidade das disposições dos homens e se limita a julgar suas ações de acordo com as circunstâncias e motivações particulares está mais apto a compreendê-los.
- C) Não há pessoa que seja sempre constante e que sempre oriente seu regime de vida por leis de conduta pré-estabelecidas.
- D) Para ser considerado virtuoso, um homem deve mostrar constância em seus atos ao longo da vida, respondendo às diferentes circunstâncias com igual resolução.
- E) Os seres humanos são produto do acaso, da diversidade das suas experiências, sendo dirigidos por disposições que os levam frequentemente a diferentes direções.

QUESTÃO 04 – Quais das afirmações abaixo são conclusões compatíveis com o texto de Montaigne?

- I. Há dois tipos de pessoas, as pessoas em geral, isto é, as pessoas comuns, e as virtuosas, que são excepcionais; e só podemos reconhecer uma pessoa como virtuosa se pudermos investigar a fundo sua vida e constatarmos constância e coerência nas ações.
- II. Não é razoável julgar o caráter de uma pessoa comum por uma ou outra de suas ações; antes, está mais perto da verdade quem julga cada uma dessas ações e busca identificar e entender suas circunstâncias e motivações particulares.
- III. Quando diz que, se não encontramos constância nas ações de uma pessoa ao longo da vida, devemos “abandoná-la”, Montaigne quer dizer que devemos considerá-la uma pessoa vil, desprovida de caráter e de princípios.

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas II e III.

QUESTÃO 05 – Assinale a alternativa que identifica corretamente o sujeito do verbo ou predicado indicado.

- A) *se contradigam* (l. 03) – os homens (l. 02).
- B) *Dizem* (l. 03) – sujeito indeterminado.
- C) *Adotam* (l. 09) – sujeito indeterminado.
- D) *suportará* (l. 25) – a virtude (l. 25).
- E) *incomparável que seja* (l. 29) – a valentia de Alexandre, o Grande (l. 28).

QUESTÃO 06 – Assinale a alternativa que apresenta as expressões que melhor substituem, de acordo com o sentido do texto, as palavras *penetrar* (l. 32), *juntados* (l. 36) e *refletido* (l. 39).

- A) infiltrar-se em – combinados – que se reflete
- B) examinar – reunidos – que reflete
- C) infiltrar-se em – reunidos – que se reflete
- D) examinar – combinados – que se reflete
- E) infiltrar-se – combinados – que reflete

QUESTÃO 07 – Analise as assertivas abaixo em relação aos nexos utilizados no texto:

- I. O nexo *a tal ponto que* (l. 03) expressa a relação de *proporção*.
- II. Os nexos *tal ... que* (l. 12-13) e *tão ... que* (l. 22) expressam a relação de *consequência*.
- III. O nexo *tão ... quanto* (l. 37-38) expressa a relação de *comparação*.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas II e III.

QUESTÃO 08 – Assinale a alternativa que NÃO contém linguagem figurada.

- A) “Dizem que o Papa Bonifácio VII assumiu o papado como uma raposa, conduziu-se como um leão e morreu como um cão” (l. 03-05).
- B) “quem nele toca uma tecla, toca todas, pois há nele a harmonia dos sons bem afinados, que nunca se entrechocam” (l. 19-20).
- C) “Valente será quem o for sempre, em todas as ocasiões” (l. 24).
- D) “Eis por que, para reconhecer a virtude de um homem, é preciso seguir suas pegadas” (l. 31-32).
- E) “Somos todos constituídos de pedaços e peças juntados de maneira casual e diversa, e cada peça funciona independentemente das demais” (l. 36-37).

QUESTÃO 09 – Considere a seguinte reescrita do trecho das linhas 28 a 31, em que se converte a narrativa em presente histórico para o passado.

Não há maior valentia do que a de Alexandre, o Grande, e no entanto ela nem sempre o acompanhou. Por incomparável que _____, _____ suas falhas, _____ à mais insignificante suspeita de conjuras, o que o _____ a temores infundados e a reações de violência e crueldade absurdas.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do trecho acima.

- A) fosse – tinha – perturbava-se – levava
- B) fora – tinha – perturbava-se – levaria
- C) fora – teve – perturbou-se – levava
- D) fosse – teve – perturbou-se – levaria
- E) fosse – tinha – perturbou-se – levaria

QUESTÃO 10 – Considere o período abaixo, extraído das linhas 09 a 11 do texto, e analise as três propostas de reescrita que o seguem.

Adotam um princípio geral e de acordo com este ordenam e interpretam suas ações, dissimulando-as e deformando-as, se necessário, para que caibam no molde.

- I. Adotam um princípio geral; ordenam e interpretam suas ações de acordo com este, se necessário dissimulando-as e deformando-as para que caibam no molde.
- II. Adotam um princípio geral; ordenam e interpretam suas ações de acordo com este; se necessário, dissimulam-nas e deformam-nas para que caibam no molde.
- III. Adotam um princípio geral; ordenam e interpretam suas ações de acordo com este se necessário, dissimulando-as e deformando-as para que caibam no molde.

Quais propostas são corretas e mantêm o sentido do trecho?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

Para responder às questões 11 a 20, considere o texto abaixo. As marcações ao longo do texto estão citadas nas questões.

TEXTO 2

01 Papel, caneta e tinteiro postos sobre a mesa de trabalho, era preciso escolher as palavras
02 exatas, as mais inequívocas. Ao se sentar para redigir uma carta a Washington Luís naquele 10
03 de maio de 1929, Getúlio buscava sepultar todas as desconfianças que o Palácio do Catete
04 viesse a nutrir a seu respeito: “Pode Vossa Excelência ficar tranquilo que o Partido Republicano
05 do Rio Grande do Sul não lhe faltará com seu apoio no momento preciso”, garantiu Getúlio,
06 referindo-se ___ questão sucessória nacional.

07 Por trás do compromisso, a intenção era Não convinha irritar o “Barbado” —
08 apelido pelo qual o presidente da República vinha sendo chamado nas revistas humorísticas da
09 época. A despeito da propalada elegância, Washington Luís era um homem temperamental,
10 dado a explosões de espírito quando contrariado. Numa charge histórica publicada pela revista
11 *O Malho*, ele era visto de porrete na mão, ameaçando os adversários. Na legenda, lia-se a
12 frase historicamente atribuída ao presidente, a mesma que, dizia-se, ele não cansava de
13 repetir sempre que enfrentava circunstância adversa: “Comigo é na madeira!”

14 Washington Luís sempre negou ter cunhado semelhante máxima. Jurava que o mesmo
15 valia para outro axioma da política nacional, igualmente creditado a ele: “A questão social é
16 um caso de polícia.” Também nunca falara aquilo, garantia Washington Luís. Tanto em um
17 caso quanto no outro, tudo não passaria de uma “deformação violenta da verdade”, mentiras
18 maldosas, fabricadas pela deslealdade dos oponentes. Era um indivíduo enérgico, sempre
19 cobrava posições firmes dos subordinados e dos aliados, assumia. Quando pressionado por
20 uma opinião contrária, era acometido de um tique nervoso, um balançar involuntário de
21 cabeça, como se estivesse a espantar mosquitos invisíveis da ponta do nariz. Tinha dificuldade
22 em suportar o contraditório quando convencido de que estava com a razão. Mas não era um
23 troglodita, um celerado que distribuía bordoadas aos opositores com porrete, assegurava.

24 Seja como for, o melhor era não se arriscar a entrar na madeira, calculou o sempre
25 previdente Getúlio Vargas. Desde o ruído provocado pelos discursos desencontrados de João
26 Neves e Flores da Cunha no fim do ano anterior, Getúlio se derramava em mesuras ao
27 presidente da República. Antes do recesso parlamentar de 1928, orientara ___ bancada
28 gaúcha a ir em bloco cumprimentar Washington Luís no Catete, em visita oficial de cortesia. Na
29 ocasião desse verdadeiro beija-mão majestático em plena República, um constrangido João
30 Neves serviu de à mensagem enviada por Getúlio em nome do povo :
31 Sua Excelência ficasse certo de que as ações do governo federal em benefício do estado
32 haviam “ligado indissolúvelmente” o nome do presidente da República “ao progresso do Rio
33 Grande do Sul”.

34 Getúlio, na verdade, refazia as contas. Faltavam-lhe ainda quase três anos de mandato à
35 frente do governo do Rio Grande. Pelo sim, pelo não, era mais prudente continuar mantendo
36 relações cordiais com o Catete. Persistia o temor de que as especulações sobre um
37 rompimento com o governo federal — a partir de uma ainda hipotética candidatura alternativa
38 ___ de Júlio Prestes — avinagrassem a parceria administrativa entre estado e governo central.
39 Era tudo o que Getúlio não desejava.

(Extraído e adaptado de: Lira Neto, Getúlio: dos anos de formação à conquista do poder (1882-1930). 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p.299-300. 509 palavras)

QUESTÃO 11 – Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas tracejadas das linhas 06, 27 e 38 do texto.

- A) à – à – à
- B) a – a – à
- C) a – à – a
- D) à – a – à
- E) à – a – a

QUESTÃO 12 – Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas pontilhadas das linhas 07 e 30 (duas ocorrências) do texto.

- A) auto-evidente – porta voz – riograndense
- B) autoevidente – porta-voz – rio-grandense
- C) auto-evidente – porta-voz – riograndense
- D) autoevidente – porta voz – rio-grandense
- E) auto-evidente – porta-voz – rio-grandense

QUESTÃO 13 – Assinale a alternativa correta de acordo com o texto.

- A) Getúlio Vargas tentava aplacar as desconfianças de Washington Luís porque, como ele, estava muito preocupado com a questão sucessória nacional.
- B) As revistas humorísticas da época satirizavam Washington Luís por causa de sua propalada elegância.
- C) Washington Luís rejeitava as críticas da imprensa de que fosse um indivíduo enérgico e de que cobrasse obediência excessiva dos subordinados e dos aliados.
- D) Getúlio Vargas tomou a iniciativa de apaziguar Washington Luís após episódio envolvendo discursos de membros da bancada gaúcha.
- E) Getúlio refazia as contas porque, faltando-lhe três anos de mandato no governo estadual, talvez já fosse o momento de articular sua hipotética candidatura à Presidência.

QUESTÃO 14 – Relacione a Coluna 1 à Coluna 2, associando as 4 partes temáticas aos seus respectivos parágrafos.

Coluna 1

- 1. Caracterização de Washington Luís.
- 2. Tentativa de Getúlio de evitar conflito com Washington Luís.
- 3. Razão pela qual Getúlio tenta evitar conflito com Washington Luís.
- 4. Primeira iniciativa de Getúlio para tentar evitar conflito com Washington Luís.

Coluna 2

- () Primeiro parágrafo.
- () Segundo e terceiro parágrafos.
- () Quarto parágrafo.
- () Quinto parágrafo.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) 4 – 3 – 2 – 1.
- B) 3 – 4 – 2 – 1.
- C) 4 – 1 – 3 – 2.
- D) 2 – 1 – 3 – 4.
- E) 2 – 1 – 4 – 3.

QUESTÃO 15 – Assinale a forma verbal cujo sujeito se refere a Getúlio Vargas.

- A) escolher (l. 01)
- B) Não convinha (l. 07)
- C) Faltavam-lhe (l. 34)
- D) era (l. 35)
- E) Persistia (l. 36)

QUESTÃO 16 – Assinale a alternativa em que a substituição do sinal de pontuação está INCORRETA.

- A) Do ponto-final na linha 07 por dois-pontos.
- B) Do ponto-final na linha 11 por ponto e vírgula.
- C) Do ponto-final na linha 14 por dois-pontos.
- D) Do ponto-final na linha 22 por vírgula.
- E) Do ponto-final na linha 35 por ponto e vírgula.

QUESTÃO 17 – Analise as assertivas abaixo em relação às transposições de discurso.

- I. *"Pode Vossa Excelência ficar tranquilo que o Partido Republicano não lhe faltará com seu apoio", garantiu Getúlio.* (adaptado de l. 04-05) → *Getúlio garantiu que Sua Excelência podia ficar tranquilo que o Partido Republicano não lhe faltaria com seu apoio.*
- II. *Também nunca falara aquilo, garantia Washington Luís.* (l. 16) → *Washington Luís garantia: "Também nunca falei isso."*
- III. *Era um indivíduo enérgico, sempre cobrava posições firmes dos subordinados e dos aliados, assumia.* (l. 18-19) → *Assumia: "Sou um sujeito enérgico, sempre cobro posições firmes de meus subordinados e de meus aliados."*

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas III.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 18 – Assinale a alternativa que contém uma afirmação FALSA sobre o sentido da expressão em tela.

- A) Na linha 03, *sepultar* tem o sentido figurado de "terminar".
- B) Na linha 10, *explosões* tem o sentido figurado de "manifestação súbita".
- C) Na linha 11, *porrete* tem o sentido figurado de "agressão verbal, grosseria".
- D) Na linha 25, *ruído* tem o sentido figurado de "falta de entendimento, desconfiança".
- E) Na linha 26, *se derramava* tem o sentido figurado de "manifestar-se de forma abundante".

QUESTÃO 19 – Analise as possibilidades de substituições abaixo:

- I. De *chamado* (l. 08) por *alcançado* e de *pelo qual* (l. 08) por *com que*.
- II. De *certo de que* (l. 31) por *com a certeza que*.
- III. De *Persistia o temor de que* (l. 36) por *O temor era o de que*.

Quais das substituições mantêm a correção dos respectivos períodos?

- A) Apenas I.
- B) Apenas III.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 20 – Assinale a palavra que NÃO pode ser convertida numa oração subordinada de voz passiva com verbo auxiliar explícito.

- A) *dado* (l. 10)
- B) *contrariado* (l. 10)
- C) *publicada* (l. 10)
- D) *atribuída* (l. 12)
- E) *creditado* (l. 15)

QUESTÃO 21 – Analise as assertivas abaixo:

- I. O federalismo brasileiro, dada a sua formação histórica, pode ser considerado um federalismo por desmembramento, com a criação de entes federados a partir de um estado unitário e a repartição de competências entre eles.
- II. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu instrumentos de cooperação federativa, de forma que as transferências – financeiras e técnicas, por exemplo – entre os entes federados auxiliam na consecução das finalidades e objetivos constitucionais.
- III. O Art. 60 da Constituição de 1988, ao prever os procedimentos de emenda e alteração constitucional, com a fixação de cláusulas pétreas, demonstra que a atual Constituição brasileira pode ser caracterizada como semirrígida.
- IV. Tanto o Supremo Tribunal Federal, em jurisprudência pacificada, quanto a doutrina, com poucas exceções, não admitem função normativa ou argumentativa para o Preâmbulo da Constituição de 1988.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I e II.
- B) Apenas I e IV.
- C) Apenas I, II e III.
- D) Apenas I, III e IV.
- E) Apenas II, III e IV.

QUESTÃO 22 – Analise as assertivas abaixo:

- I. A suspensão de direitos políticos prevista no Art. 15, inciso III, da Constituição Federal aplica-se no caso de substituição da pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos.
- II. Os partidos políticos que tiverem eleito oito deputados federais em pelo menos duas unidades da federação terão direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da legislação eleitoral.
- III. A previsão constante do Art. 17 da Constituição Federal que garante a liberdade de criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos não pode sofrer qualquer restrição temporal, ainda que por meio de lei complementar.
- IV. O direito de participação em debates eleitorais, diferentemente da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão, pode sofrer maior grau de restrição pela via legislativa, em razão do formato e do objetivo desse tipo de programação.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I e II.
- B) Apenas I e IV.
- C) Apenas III e IV.
- D) Apenas I, III e IV.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 23 – Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.

- I. É competência comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios legislar sobre responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, e a bens e direitos de valor artístico e histórico.
- II. É expressamente vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República.
- III. As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, para a apuração de fato determinado e por prazo certo.
- IV. Os Estados poderão intervir na União, desde que sua população represente mais de 45% da população brasileira ou, alternativamente, 65% dos eleitores regularmente registrados, nos casos expressamente disciplinados na Constituição de 1988.

- A) Apenas II e III estão corretas.
- B) Apenas III e IV estão corretas.
- C) Apenas I, II e III estão corretas.
- D) Apenas II, III e IV estão corretas.
- E) Todas estão incorretas.

QUESTÃO 24 – Assinale a alternativa correta de acordo com as disposições constitucionais.

- A) Após o Presidente da República editar uma medida provisória, sua votação para conversão em lei será sempre iniciada pela Câmara dos Deputados.
- B) É de competência exclusiva do Presidente da República, ouvidos o Ministro de Estado do Meio Ambiente e as autoridades da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais.
- C) Compete aos Estados e aos Municípios a legislação sobre infraestrutura aeroportuária. Assim, por exemplo, as regras sobre o aeroporto Salgado Filho, localizado em Porto Alegre, devem ser estabelecidas pelo estado do Rio Grande do Sul e pelo município de Porto Alegre.
- D) A detenção ou sequestro de bens ou ativos financeiros pode ser realizada apenas pelo Congresso Nacional, mediante lei complementar, e pelo Presidente da República, em situações excepcionais e urgentes, pela edição de uma medida provisória.
- E) Aos vereadores é garantida a inviolabilidade por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato em todo o território do estado no qual está localizado o município.

QUESTÃO 25 – Analise as assertivas abaixo:

- I. A vedação ao nepotismo não exige a edição de lei formal para coibir a prática, dado que essa proibição decorre diretamente dos princípios contidos no Art. 37, caput, da Constituição Federal.
- II. Nos termos do Art. 37, § 6º, da Constituição Federal, não se caracteriza a responsabilidade civil objetiva do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, quando não demonstrado o nexo causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada.
- III. É constitucional a legislação que delega o poder de polícia a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.
- IV. A publicidade dos programas, obras e serviços dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, sendo vedada a publicização de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Quais estão corretas?

- A) Apenas II e IV.
- B) Apenas I, II e III.
- C) Apenas I, III e IV.
- D) Apenas II, III e IV.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 26 – Assinale a alternativa correta.

- A) Em se tratando das hipóteses de inelegibilidade previstas na Lei Complementar nº 64/1990, é competente a Justiça Estadual para conhecer e decidir as arguições de inelegibilidade.
- B) A homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de *exequatur* às cartas rogatórias é de competência do Supremo Tribunal Federal.
- C) Compete à Justiça Federal processar e julgar o crime ambiental de caráter transnacional que envolva animais silvestres, ameaçados de extinção e espécimes exóticas ou protegidas por compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.
- D) Compete à Justiça Estadual processar e julgar os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando a execução de tais ilícitos for iniciada no território brasileiro, ainda que o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro.
- E) Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar as ações nas quais mais da metade dos membros do tribunal de origem estejam impedidos ou sejam direta ou indiretamente interessados em seu resultado.

QUESTÃO 27 – Sobre o controle de constitucionalidade no Brasil, é correto afirmar que:

- A) Viola a cláusula de reserva de plenário, prevista no Art. 97 da Constituição, a decisão de órgão fracionário de Tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, afasta sua incidência, no todo ou em parte.
- B) A concessão da medida cautelar na ação direta de inconstitucionalidade não torna aplicável a legislação anterior acaso existente, uma vez que não há previsão legal de efeitos repristinatórios no direito brasileiro.
- C) A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal tem aceitado formas de controle preventivo da constitucionalidade das leis, apoiando-se, majoritariamente, na doutrina francesa e na tradição do Conselho Constitucional francês.
- D) É permitido ao Supremo Tribunal Federal o controle jurisdicional em relação à interpretação do sentido e do alcance de normas regimentais das Casas Legislativas, ainda que se trate de matéria *interna corporis* e não envolvam violações ao processo legislativo.
- E) Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, a Constituição Federal determina que seja dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias, e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, respeitadas as previsões orçamentárias.

QUESTÃO 28 – Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.

- I. Os atos ilícitos praticados por Estados estrangeiros em violação a direitos humanos não gozam de imunidade de jurisdição.
 - II. Sem autorização judicial ou fora das hipóteses legais, é ilícita a prova obtida mediante abertura de carta, telegrama, pacote ou meio análogo.
 - III. Não cabe, ao Poder Judiciário, que não tem a função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia.
 - IV. É lícito ao Judiciário impor à Administração Pública obrigação de fazer, consistente na promoção de medidas ou na execução de obras emergenciais em estabelecimentos prisionais para dar efetividade ao princípio da dignidade da pessoa humana e assegurar aos detentos o respeito à sua integridade física e moral, nos termos do que preceitua o Art. 5º, XLIX, da Constituição Federal.
- A) Todas estão corretas.
 - B) Todas estão incorretas.
 - C) Apenas II e III estão corretas.
 - D) Apenas I, II e IV estão corretas.
 - E) Apenas II, III e IV estão corretas.

QUESTÃO 29 – Considerando a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, assinale a alternativa correta.

- A) É expressamente vedada a delegação das competências do Governador.
- B) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta do Governador, do Procurador-Geral do Estado, do Procurador-Geral de Justiça ou por proposta de iniciativa popular.
- C) Quando o Tribunal de Justiça apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou de ato normativo, citará previamente o Procurador-Geral do Estado, que defenderá o ato ou texto impugnado.
- D) De quatro em quatro anos, o Tribunal de Justiça verificará os requisitos mínimos para a criação de novas Comarcas ou Varas, sendo obrigatória a criação de novas varas em caso de crescimento da população que supere 15% (quinze por cento).
- E) A Procuradoria-Geral do Estado será chefiada pelo Procurador-Geral do Estado, com prerrogativas de Secretário de Estado, e o cargo será provido em comissão, sendo facultada a escolha de membro da carreira ou advogado com notório saber jurídico e reputação ilibada.

QUESTÃO 30 – De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a concretização dos direitos fundamentais, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.

- I. O Ministério Público é parte legítima para ajuizamento de ação civil pública que vise ao fornecimento de remédios a portadores de certa doença.
 - II. A Defensoria Pública tem legitimidade para a propositura de ação civil pública que vise a promover a tutela judicial de direitos difusos ou coletivos de que sejam titulares, em tese, pessoas necessitadas.
 - III. Cabe ao Estado fornecer, em termos excepcionais, medicamento que, embora não possua registro na ANVISA, tem a sua importação autorizada pela agência de vigilância sanitária, desde que comprovada a incapacidade econômica do paciente, a imprescindibilidade clínica do tratamento e a impossibilidade de substituição por outro similar constante das listas oficiais de dispensação de medicamentos e os protocolos de intervenção terapêutica do SUS.
- A) Apenas I e II estão corretas.
 - B) Apenas I e III estão corretas.
 - C) Apenas II e III estão corretas.
 - D) Todas estão corretas.
 - E) Todas estão incorretas.

QUESTÃO 31 – Considerando as disposições constitucionais sobre a seguridade social, assinale a alternativa correta.

- A) A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.
- B) O financiamento da seguridade social será realizado pela União, com os recursos arrecadados, majoritariamente, com o imposto sobre a renda e proventos e o imposto sobre produtos industrializados.
- C) A União não possui obrigação constitucional de investimento mínimo em ações e serviços públicos de saúde. Tal obrigação foi imposta apenas aos Estados, Distrito Federal e Municípios.
- D) A assistência à saúde é livre à iniciativa privada, desde que prestados por entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos. É vedado o acesso ao sistema único por entidades com fins lucrativos.
- E) A assistência social será prestada a quem dela necessitar, mediante o pagamento de taxas e contribuições específicas à seguridade social.

QUESTÃO 32 – Sobre a proteção à educação na Constituição, assinale a alternativa correta.

- A) O Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade do ensino religioso nas escolas públicas, ainda que sua matrícula seja facultativa.
- B) Os Estados atuarão no ensino fundamental e na educação infantil, com exclusão dos demais entes federados.
- C) A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.
- D) O Supremo Tribunal Federal decidiu que compete aos pais a decisão sobre o ensino domiciliar, reconhecendo um direito público subjetivo do aluno ou de sua família ao ensino domiciliar (*homeschooling*), independentemente de previsão legal sobre o assunto.
- E) Apenas as universidades públicas estão obrigadas a observar o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

QUESTÃO 33 – Assinale a alternativa correta.

- A) O pedido de acesso à informação, quando exercitado por membros do Poder Legislativo no exercício do mandato, caso tenha conteúdo político, precisa de aprovação prévia da respectiva casa legislativa.
- B) O pedido de acesso à informação, quando exercitado por membros do Poder Legislativo no exercício do mandato, caso pretenda obter dados e documentos da gestão do Poder Executivo, viola o princípio da separação dos poderes.
- C) Ao contrário das remuneratórias, as verbas indenizatórias concedidas a servidores públicos dos três poderes não se submetem à publicidade, eis que blindadas por razões de segurança pessoal ou intimidade.
- D) O pedido de informações é assegurado ao contribuinte para obter dados concernentes ao pagamento de tributos dele próprio, inclusive aqueles constantes de sistemas informatizados de apoio à arrecadação fazendária.
- E) As informações sobre condutas que impliquem violação aos direitos humanos praticada por agentes públicos podem ser objeto de restrição de acesso, desde que fundamentado em ato discricionário da autoridade competente.

QUESTÃO 34 – Quanto às fontes do Direito Administrativo, assinale a afirmativa correta:

- A) O Código Civil tem aplicação imediata nos contratos administrativos.
- B) O Código de Processo Civil tem aplicação supletiva e subsidiária nos processos administrativos.
- C) A Constituição não tem aplicação imediata no Direito Administrativo, mas de forma supletiva à legalidade.
- D) O Código Penal tem aplicação circunscrita a ilícitos administrativos tipificados nos respectivos regulamentos.
- E) A Lei de Sociedades Anônimas não se aplica às autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.

QUESTÃO 35 – Quanto aos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- A) O ato discricionário se caracteriza pela ausência de elementos vinculados para a sua formação.
- B) A validade do ato administrativo é requisito necessário para a sua eficácia.
- C) A revogação de atos administrativos possui três pressupostos: inoportunidade, invalidade e inconveniência.
- D) A motivação dos atos administrativos sancionatórios pode ser antecedente, simultânea ou posterior à intimação e/ou divulgação do ato, sempre em cumprimento ao princípio da publicidade.
- E) Os atos administrativos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados, mas a decisão haverá de evidenciar que não acarretam lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros.

QUESTÃO 36 – Quanto às Parcerias Público-Privadas (Lei nº 11.079/2004), analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.

- I. A concessão administrativa é apenas uma forma avançada de financiamento de obras públicas.
 - II. Dentre os riscos passíveis de repartição entre as partes nas parcerias público-privadas estão o caso fortuito, o fato do príncipe e a álea extraordinária.
 - III. As concessões administrativas e patrocinadas podem envolver, simultaneamente, a delegação do exercício do poder de polícia, desde que de titularidade do poder concedente.
 - IV. A aplicação das cláusulas de atualização de valores, baseadas em índices e fórmulas matemáticas, depende da aprovação do poder concedente.
- A) Apenas II está correta.
 - B) Apenas I e II estão corretas.
 - C) Apenas II e IV estão corretas.
 - D) Apenas III e IV estão corretas.
 - E) Todas estão incorretas.

QUESTÃO 37 – Quanto às agências reguladoras independentes, assinale a alternativa correta.

- A) São a expressão contemporânea do poder de polícia administrativo, visto que se destinam a limitar o exercício de liberdades por parte das pessoas privadas.
- B) São desdobramentos (desconcentração) da organização político-administrativa nacional, sendo imediatamente subordinadas à União, aos Estados, ao Distrito Federal ou aos Municípios.
- C) Um dos itens que caracteriza a independência das agências reguladoras federais é a possibilidade de conceder diárias e passagens em deslocamentos nacionais e internacionais e autorizar afastamentos do País a servidores da agência.
- D) São autarquias especiais caracterizadas pela tutela, pela autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira e pela investidura derivada de seus dirigentes, que contam com estabilidade durante os mandatos.
- E) Compete à Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul – AGERGS a regulação de serviços públicos delegados, dentre eles, o transporte ferroviário.

QUESTÃO 38 – Quanto à política nacional do meio ambiente, assinale a alternativa correta.

- A) O licenciamento ambiental é o procedimento administrativo destinado à autorização de quaisquer empreendimentos, inclusive de atividades potencial ou efetivamente poluidoras.
- B) O princípio do poluidor-pagador se destina a que a poluição seja avaliada, quantificada e precificada por meio de procedimento administrativo, sendo o prévio pagamento condição para liberar o direito de poluir.
- C) As pessoas jurídicas não podem ser processadas criminalmente em razão de delitos ambientais, respondendo apenas pela indenização civil.
- D) O Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental são documentos de caráter não sigiloso, salvo as restrições legais (propriedade intelectual, sigilo industrial etc.).
- E) Em vista das competências comuns estatuídas pela Lei Complementar Federal nº 140/2011, a União centraliza as atividades de licenciamento, sendo que Estados e Municípios nelas atuam em cumprimento ao princípio do federalismo cooperativo.

QUESTÃO 39 – Quanto aos métodos adequados de solução de controvérsia e a Administração Pública brasileira, analise as assertivas abaixo:

- I. Eventuais controvérsias quanto à patrimonialidade e disponibilidade de conflitos em contratos administrativos com cláusula compromissória devem ser primeiramente decididas pelo Poder Judiciário, em cumprimento ao princípio da primazia judicial.
- II. Nos termos da Lei Brasileira de Arbitragem (Lei nº 9.307/1996) e da Lei Estadual nº 14.794/2015, os contratos envolvendo a Administração Pública do Estado do Rio Grande do Sul devem contar com cláusula escalonada de solução de controvérsias, com obrigatoriedade prévia de comitê de solução de disputas, mediação e conciliação.
- III. As arbitragens envolvendo a Administração Pública brasileira podem se realizar com base nos princípios gerais de direito, nos usos e costumes e nas regras internacionais de comércio, desde que as partes assim o convençionem expressamente.
- IV. As arbitragens envolvendo a Administração Pública brasileira serão sempre de direito e respeitarão o princípio da publicidade.

Quais estão corretas?

- A) Apenas III.
- B) Apenas IV.
- C) Apenas II e III.
- D) Apenas II e IV.
- E) Apenas I, II e IV.

QUESTÃO 40 – Quanto ao controle judicial dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- A) Os atos administrativos discricionários devem ser motivados e ficam vinculados aos motivos de fato e de direito expostos, que integram o juízo de validade do ato.
- B) Os atos administrativos discricionários são insuscetíveis de controle por parte do Poder Judiciário.
- C) Como a discricionariedade envolve a edição da melhor decisão possível para o caso concreto, o Poder Judiciário pode se substituir à Administração e proferir decisão de controle positivo, que melhore o ato administrativo.
- D) Controvérsia sobre matéria de direito em atos discricionários impede a concessão de mandado de segurança pela ausência de direito líquido e certo comprovável independentemente de prova pré-constituída.
- E) Na medida em que a sanção administrativa é um ato vinculado e que este aplica preceito legal expresso, ela dispensa fundamentação.

QUESTÃO 41 – Quanto à organização administrativa brasileira, assinale a alternativa correta.

- A) As autarquias possuem personalidade jurídica de direito público e são criadas mediante decreto do Chefe do Poder Executivo da respectiva unidade federativa.
- B) Compete à justiça comum julgar as causas em que é parte sociedade de economia mista e os crimes praticados em seu detrimento.
- C) As sociedades de economia mista e as empresas públicas devem promover licitações como requisito à validade de seus contratos administrativos.
- D) Uma vez que exercem atividade administrativa descentralizada, os concessionários de serviço público e os delegados de ofício público compõem a Administração Indireta.
- E) A qualificação de agência executiva pode ser outorgada a autarquias e empresas públicas, desde que apresentem plano de planejamento estratégico e firmem contrato de gestão com a Administração Direta.

QUESTÃO 42 – Quanto às concessões comuns de serviço público (Lei nº 8.987/1995), assinale a alternativa correta.

- A) As modalidades de licitações e critérios de julgamento para concessão comum de serviço público são processadas apenas nos termos da Lei nº 8.666/1993, que é a norma geral de licitações brasileira.
- B) O equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão comum de serviço público deve ser avaliado segundo o valor do contrato e submetido aos limites do Art. 65 da Lei nº 8.666/1993.
- C) Como as concessões comuns de serviço público são investimentos de longo prazo, com data certa de encerramento, os seus contratos são improrrogáveis.
- D) As concessões comuns de serviço público têm como requisito formal a constituição de fundo garantidor.
- E) Os editais e contratos das concessões comuns de serviço público não podem exigir contraprestação do poder concedente.

QUESTÃO 43 – Quanto à Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), analise as assertivas abaixo:

- I. Os prazos são expressos tanto em dias corridos como em dias úteis.
- II. Contempla aplicação subsidiária e/ou supletiva nas licitações regidas pelas Leis nº 8.666/1993, nº 10.520/2002 e nº 12.462/2011.
- III. Aplica-se subsidiariamente às Leis nº 8.987/1995, nº 11.079/2004 e nº 12.232/2010.
- IV. Exige regulamentos federativamente autônomos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Quais estão corretas?

- A) Apenas III.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e IV.
- E) Apenas II, III e IV.

QUESTÃO 44 – Quanto à Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB, assinale a alternativa correta.

- A) Será apenas parcialmente aplicável às licitações e contratos da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), que positivou princípios autônomos.
- B) São as decisões administrativas que se utilizem de princípios as que devem apresentar as alternativas decisórias e respectivas consequências, mas só caso decretem a invalidade de atos e contratos.
- C) Estatui competência para negociações administrativas e celebração de acordos como técnica de solução de conflitos e irregularidades.
- D) Exige a edição contínua de súmulas administrativas como forma de conferir estabilidade ao funcionamento da Administração Pública e pressuposto às sanções administrativas.
- E) Somente exige o regime de transição em caso de mudança de compreensão já estabilizada em súmulas e regulamentos administrativos.

QUESTÃO 45 – Com o advento da Constituição de 1988, o Supremo Tribunal Federal passou a admitir a natureza tributária das contribuições, também chamadas contribuições especiais, cujas normas de competência encontram-se nos Arts. 149 e 195 e também no Art. 149-A, acrescentado por emenda constitucional. As contribuições ostentam características jurídicas que as distinguem dos impostos e das taxas, sujeitando-se a regime jurídico próprio. Sobre as contribuições, é correto afirmar que:

- A) As contribuições estão vinculadas a finalidades e financiam políticas públicas específicas, sendo que, por isso, só podem ser exigidas de quem recebe benefícios do poder público, sendo certo, ainda, que, assim como as taxas, seguem o critério da justiça comutativa, devendo corresponder exatamente ao valor do benefício potencial de que o contribuinte venha a ser destinatário.
- B) As contribuições são tributos funcionalizados, sendo que a sua validade depende do enquadramento em uma das finalidades que a constituição elenca como justificadoras da sua instituição, diferentemente dos impostos, para os quais a afetação do produto só é admitida quando a constituição expressamente autoriza, como nas exceções constantes do Art. 167, IV.
- C) As imunidades do Art. 150, inciso VI, da Constituição Federal são denominadas imunidades genéricas, aplicando-se também às contribuições, porquanto tanto os impostos como as contribuições são tributos que incidem sobre fatos reveladores da capacidade contributiva dos contribuintes.
- D) Os estados têm competência para a instituição de taxas relativamente à prestação de serviços específicos e divisíveis que prestarem, bem como ao exercício do poder de polícia administrativa que exercerem, e também têm competência para instituir contribuições sociais em geral, destinadas a políticas públicas de educação, ambientais, de saúde, de assistência e de previdência social.
- E) Os estados podem instituir contribuições tão-somente para seus regimes próprios de previdência, exigidas tanto dos seus servidores efetivos como dos ocupantes, exclusivamente, de cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração, ou de outro cargo temporário, inclusive eletivo, ou de emprego público.

QUESTÃO 46 – As imunidades tributárias costumam ser classificadas em objetivas e subjetivas. As imunidades subjetivas impedem que determinadas pessoas sejam colocadas como contribuintes de certos tributos. Essa classificação auxilia na interpretação das normas de imunidade, embora, por vezes, não seja suficiente para a identificação de todo o seu potencial normativo. É correto afirmar que:

- A) A imunidade dos livros, jornais e periódicos, embora pareça uma imunidade objetiva, tem caráter subjetivo, protegendo os autores, editoras e livrarias da obrigação de pagar impostos sobre as suas atividades e rendimentos, porquanto vinculados à cultura.
- B) A imunidade dos templos é considerada uma imunidade objetiva, alcançando apenas os tributos sobre a propriedade que recairiam sobre os prédios em que realizados os cultos.
- C) A imunidade recíproca, que, nos termos da Constituição Federal alcança o patrimônio, a renda e os serviços dos entes políticos, bem como das suas autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, também aproveita às empresas públicas prestadoras de serviços públicos.
- D) A imunidade dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos é considerada uma imunidade subjetiva, razão pela qual não compreende somente o patrimônio, a renda e os serviços, relacionados com as suas finalidades essenciais, mas todo e qualquer imposto que pudesse vir a ser exigido de tais entidades enquanto contribuintes, independentemente, inclusive, da aplicação dos respectivos recursos.
- E) A imunidade recíproca, de caráter subjetivo, impede, inclusive, que os entes políticos sejam sujeitos passivos de relações de colaboração, figurando como substitutos ou responsáveis tributários.

QUESTÃO 47 – O Direito Tributário envolve diversas fontes normativas. Nesse sentido, o Art. 96 do Código Tributário Nacional traz um conceito amplo de legislação tributária, que abrange, inclusive, as normas complementares de que trata seu Art. 100. Ao cuidar do Sistema Tributário Nacional, o Art. 2º do CTN estabelece que é regido não só pela Constituição, mas por leis complementares, resoluções do Senado Federal, leis federais, leis estaduais e municipais. A Constituição Federal atribui ao Senado Federal, efetivamente, determinadas competências normativas em matéria de impostos estaduais, que são exercidas mediante a edição de Resoluções do Senado Federal, cabendo-lhe:

- A) Dispor sobre normas gerais em matéria de impostos estaduais, sem que, para tanto, exista limite material definido constitucionalmente, podendo abranger a fixação de alíquotas mínimas e máximas dos respectivos impostos, regras de substituição tributária e de tributação monofásica, porquanto o Senado é casa legislativa formada por três senadores de cada estado federado, cabendo-lhe definir as diretrizes relativamente a tais impostos, prevenir e solver os conflitos de competência entre esses entes federados.
- B) Estabelecer as alíquotas máximas do imposto sobre a propriedade de veículos automotores, protegendo os contribuintes de uma tributação demasiadamente onerosa sobre o patrimônio.
- C) Fixar as alíquotas máximas do imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens e direitos (ITCMD), de modo que, mesmo se os estados adotarem a progressividade atualmente admitida pelo Supremo Tribunal Federal para tal imposto, não poderá implicar alíquota máxima que extrapole o limite fixado pelo Senado.
- D) Estabelecer as alíquotas aplicáveis às operações internas e às operações interestaduais do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, de modo que o imposto seja, sempre, uniforme em todo o país.
- E) Regular a forma como isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.

QUESTÃO 48 – Em matéria tributária, a instituição e a majoração de tributos estão sob reserva legal. Pode-se dizer que a regra matriz de incidência tributária ou regra tributária impositiva pode ser subdividida em um antecedente e em um conseqüente normativos. O antecedente abarca os aspectos material, espacial e temporal, enquanto o conseqüente traz os aspectos pessoal e quantitativo. É correto afirmar que:

- A) O aspecto subjetivo, no que diz respeito ao polo ativo, sempre corresponde ao ente político instituidor do tributo, não havendo espaço para que a lei delegue validamente essa condição de sujeito ativo a outra pessoa, ainda que de direito público.
- B) O aspecto quantitativo é sempre representado por uma base de cálculo à qual é associada uma alíquota, não podendo ser um valor fixo.
- C) O aspecto temporal, nos tributos com fato gerador continuado, pode ser definido por lei de modo que se considere ocorrido o fato gerador no primeiro dia de cada ano, situação comum nos estados e nos municípios em matéria de imposto sobre a propriedade de veículos automotores e de imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana.
- D) Apenas o aspecto material da hipótese de incidência é que precisa ser definido por lei, porquanto os demais aspectos podem ser dele deduzidos ou, no caso do aspecto quantitativo, definido por ato normativo infralegal, desde que fiquem aquém do patamar confiscatório.
- E) O aspecto espacial frequentemente está implícito na lei instituidora do tributo, presumindo-se, tanto para os tributos da União quanto para os tributos dos Estados e dos Municípios, a extraterritorialidade, de modo que, salvo disposição em contrário, alcançam fatos geradores ocorridos inclusive no exterior, desde que praticados por brasileiros domiciliados no Brasil.

QUESTÃO 49 – Embora o Código Tributário Nacional, no capítulo em que dispõe sobre a constituição do crédito tributário, só discipline o lançamento, “assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível”, discute-se, há muito, sobre outros modos de constituição ou formalização do crédito tributário. A respeito, é correto afirmar que:

- A) A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco.
- B) O lançamento é o único modo válido de constituição do crédito tributário, considerando-se realizado assim que lavrado pelo agente fiscal, independentemente de notificação ao contribuinte.
- C) O lançamento é o único modo válido de constituição do crédito tributário, considerando-se realizado com a notificação ao contribuinte, sem o que ele não se aperfeiçoa e não produz efeitos, não surgindo a obrigação tributária.
- D) Sempre que há entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal ocorre o lançamento na modalidade lançamento por declaração, conforme regulado na lei complementar de normas gerais de direito tributário.
- E) O lançamento por homologação só ocorre com homologação expressa por ato da autoridade fiscal devidamente formalizado, em atenção ao princípio documental.

QUESTÃO 50 – No Direito Tributário, temos relações contributivas e colaborativas. As leis instituidoras de impostos e contribuições colocam pessoas que revelam capacidade contributiva como contribuintes e ainda podem estabelecer casos específicos de responsabilidade tributária por substituição ou por transferência, colocando terceiros com capacidade colaborativa na condição de substitutos ou de responsáveis tributários. Quanto às relações contributivas e colaborativas, é correto afirmar que:

- A) O Código Tributário Nacional, ao abrir a possibilidade de a lei estabelecer hipóteses de responsabilidade tributária, não exige nenhum vínculo da terceira pessoa, responsável tributário, com o fato gerador da respectiva obrigação nem com o contribuinte.
- B) Contribuinte, substituto e responsável tributário são, todos, sujeitos passivos cujas obrigações decorrem, direta e exclusivamente, do fato gerador que corresponde à hipótese de incidência do tributo.
- C) O responsável tributário figura como sujeito passivo na regra matriz de incidência tributária, compondo seu aspecto pessoal ao lado do contribuinte, caracterizando-se por também guardar relação direta com o fato gerador e revelar capacidade contributiva.
- D) Os casos de responsabilidade tributária sempre são marcados pela subsidiariedade, não sendo permitido ao legislador estabelecer solidariedade entre contribuinte e terceiro responsável, na medida em que a solidariedade não é admitida no Direito Tributário.
- E) O responsável tributário é sujeito passivo de relação jurídica própria, instituída por regra matriz de responsabilidade tributária, definida por dispositivo legal inconfundível com o que define a regra matriz de incidência tributária.

QUESTÃO 51 – Os incentivos fiscais constituem instrumentos para induzir determinadas condutas consideradas desejáveis. Em regra, surgem como desonerações através de créditos presumidos, isenções, diferimentos, reduções de base de cálculo, alíquotas zero e outros instrumentos. Estão no campo da extrafiscalidade e se justificam quando promovam fins amparados constitucionalmente, como o desenvolvimento econômico, a proteção ambiental, políticas de pleno emprego etc. De qualquer modo, como constituem renúncia de receita e podem implicar, inclusive, concorrência entre entes da federação, há requisitos e condicionamentos constitucionais e em sede de lei complementar a serem observados para que tenham validade. Sobre os incentivos, é correto afirmar que:

- A) A isenção de ICMS configura causa de exclusão do crédito tributário, dependendo de dispositivo de lei que a estabeleça, enquanto os créditos presumidos de ICMS, a serem contabilizados e utilizados para abatimento quando do pagamento do imposto por força da saída de mercadorias, podem ser criados por decreto estadual, quando da regulamentação da sistemática de não cumulatividade desse tributo.
- B) A legalidade tributária aplica-se para a instituição ou majoração de tributo, como garantia constitucional dos contribuintes, mas as desonerações constituem liberalidade do sujeito ativo credor, podendo ser concedidas, em qualquer caso e para todos os tributos, por simples ato do Poder Executivo, seja por decreto ou por normas tributárias complementares como portarias ou instruções normativas, desde que inequívocas.
- C) Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos aos impostos, taxas e contribuições estaduais, só poderá ser concedido mediante lei complementar que regule exclusivamente a desoneração.
- D) As isenções, incentivos e benefícios fiscais de ICMS são concedidos e revogados mediante lei estadual, mas sua validade depende de autorização por deliberação dos estados (Convênio CONFAZ), nos termos em que a matéria é regulamentada por lei complementar.
- E) Isenções, créditos presumidos, diferimentos, remissões e anistias dependem de lei específica, mas subsídios na forma de incentivos financeiros, ainda que a fundo perdido ou com longo prazo para pagamento e em valor correspondente aos encargos fiscais, independem de lei específica, podendo ser concedidos mediante simples abertura de linhas de crédito em bancos estatais.

QUESTÃO 52 – Constituído o crédito tributário mediante lançamento de ofício pela autoridade fiscal, abre-se a oportunidade de o sujeito passivo oferecer defesa, ainda na esfera administrativa, inaugurando a fase litigiosa do processo administrativo fiscal. Na esfera administrativa, há, ainda, a oportunidade de recurso para um tribunal administrativo fiscal. É correto afirmar que:

- A) O processo administrativo fiscal é regido por lei federal, porquanto compete à União legislar privativamente sobre a matéria.
- B) É constitucional a exigência de depósito em dinheiro ou arrolamento prévio de bens como condição de admissibilidade do recurso no processo administrativo fiscal.
- C) A propositura, pelo contribuinte, da ação judicial tributária com o mesmo objeto da discussão administrativa, importa em renúncia ao poder de recorrer na esfera administrativa e desistência do recurso acaso interposto.
- D) As reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo, tem efeito suspensivo da exigibilidade do crédito tributário por 360 dias, após os quais os créditos retomam a sua exigibilidade, podendo ser inscritos em dívida ativa, protestados e cobrados judicialmente, mesmo na pendência de uma decisão final no contencioso administrativo tributário que, sobrevindo em favor do contribuinte, implicará nulidade dos atos praticados.
- E) O processo administrativo fiscal não comporta instrução probatória, somente se prestando para as teses defensivas comprováveis de plano, mediante prova documental previamente constituída, que deve instruir a defesa do contribuinte.

QUESTÃO 53 – Há diversos institutos jurídicos que preservam o direito dos credores de buscar, no patrimônio dos devedores, a satisfação dos seus créditos. Nas execuções fiscais, a matéria é recorrente. Acerca dos institutos da fraude contra credores, da fraude à execução e da fraude à dívida ativa, é correto afirmar que:

- A) As fraudes contra credores, à dívida ativa e à execução estão, todas, disciplinadas no mesmo diploma legislativo e implicam presunção relativa, passível de ser afastada mediante a demonstração da boa-fé do terceiro adquirente.
- B) A alienação ou a oneração de bem é considerada fraude à execução, por exemplo, quando, ao tempo da alienação ou da oneração, tramitava contra o devedor ação capaz de reduzi-lo à insolvência, mas deve ser reconhecida em ação anulatória própria ajuizada pelo exequente e distribuída por dependência à execução, com a citação do devedor e do terceiro adquirente.
- C) Os contratos onerosos do devedor insolvente são nulos de pleno direito por presunção absoluta, independentemente da má-fé do adquirente e de já ter sido ou não constituído o crédito tributário, dispensando, inclusive, o ajuizamento de ação anulatória.
- D) A alienação de bem na pendência de crédito inscrito em dívida ativa contra o alienante já sob execução é eficaz também em relação ao exequente, a menos que seja demonstrado que se trata de negócio simulado, de modo que o bem tenha continuado na posse do alienante, ainda que colocado em nome de terceiro laranja.
- E) Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, presunção essa, porém, que não se aplica na hipótese de terem sido reservados, pelo devedor, bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida inscrita.

QUESTÃO 54 – Em operações com duplo objeto negocial, de fornecimento de mercadorias com prestação de serviços, chamadas operações mistas, o ICMS incide

- A) tão-somente sobre a circulação das mercadorias, independentemente de o serviço ser ou não tributado pelo ISS, devendo, a pessoa jurídica contribuinte, invariavelmente, segregar o valor das mercadorias para o destaque do ICMS correspondente.
- B) sobre o fornecimento de mercadorias com prestação de serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios.
- C) sobre o fornecimento de mercadorias com prestação de serviços, sendo o valor arrecadado pelo estado, que repassará 50% do montante ao Município onde prestado o serviço.
- D) sobre o fornecimento de mercadorias com prestação de serviços sujeitos ao imposto sobre serviços (ISS), de competência dos Municípios, independentemente de a lei complementar atinente ao ISS expressamente o sujeitar à incidência do imposto estadual.
- E) operações mistas são proibidas, porquanto afrontariam as normas tributárias, sendo que tais negócios devem, sempre, estar representados separadamente, por instrumentos negociais e documentos fiscais próprios para o fornecimento de mercadorias, de um lado, e para a prestação de serviços, de outro, cada qual sujeito à tributação correspondente ao seu objeto e natureza.

QUESTÃO 55 – A Constituição Federal determina que o ICMS seja não cumulativo, em atenção ao princípio da neutralidade, e admite que possa ser seletivo. Esses critérios, técnicas de tributação ou princípios, orientam a instituição e a aplicação do ICMS. É correto afirmar que:

- A) A não cumulatividade assegura que seja compensado o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores relativamente à aquisição da mercadoria para revenda ou de qualquer outro produto utilizado na atividade econômica, mesmo que na atividade meio.
- B) A isenção ou não incidência, salvo determinação em contrário da legislação, não implicará crédito para compensação com o montante devido nas operações ou prestações seguintes e acarretará a anulação do crédito relativo às operações anteriores.
- C) A imunidade das operações de exportação implica a anulação do crédito relativo às operações e prestações anteriores.
- D) A seletividade implica a utilização de alíquotas maiores conforme aumente a base de cálculo, correspondendo ao que se denomina de progressividade gradual.
- E) A seletividade pode se dar por qualquer critério e não necessariamente em razão da essencialidade das mercadorias e dos serviços, o que justifica alíquota mais elevada sobre energia, combustíveis e comunicações.

QUESTÃO 56 – Conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), Lei Complementar nº 101/2000, a “responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar”. O Art. 165, § 6º, da Constituição Federal dispõe que “o projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia”. No que diz respeito à renúncia de receitas, aliás, ganham relevo as medidas de compensação. Observada a LRF, é correto afirmar que:

- A) O projeto de lei de diretrizes orçamentárias será integrado por Anexo de Metas Fiscais que conterá, inclusive, demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita.
- B) O projeto de lei orçamentária anual também será acompanhado das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, mas não precisa conter reserva de contingência destinada a atender riscos e eventos fiscais imprevistos.
- C) A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, além de estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, depende tanto da demonstração de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais, como, também e necessariamente, de estar acompanhada de medidas de compensação por meio de aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.
- D) Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento de receita ou pela redução de despesa, ainda que temporários, dispensando-se dessa compensação o aumento de despesa decorrente da concessão de benefício a quem satisfaça as condições de habilitação previstas na legislação, da expansão quantitativa do atendimento e dos serviços prestados e do reajustamento de valor do benefício ou serviço, a fim de preservar o seu valor real.
- E) A lei de responsabilidade fiscal limita-se a proibir a renúncia de receita, razão pela qual não a disciplina.

QUESTÃO 57 – NÃO constitui manifestação do princípio da colaboração no processo civil:

- A) O dever de o juiz, antes de proferir decisão sem resolução de mérito, conceder à parte oportunidade para, se possível, corrigir o vício processual.
- B) O dever de o juiz diligenciar, a pedido do autor, a fim de que se obtenham informações capazes de individualizar o demandado e viabilizar a sua citação.
- C) O dever de as partes celebrarem convenções processuais.
- D) O dever de o juiz, em sendo o caso, distribuir de forma dinâmica o ônus da prova.
- E) O dever de o juiz dialogar com a parte mediante fundamentação concreta, estruturada e completa.

QUESTÃO 58 – Sobre a tutela provisória, analise as assertivas abaixo:

- I. A probabilidade do direito capaz de justificar a sua concessão, em relação às alegações de fato, é a probabilidade lógica, que surge do procedimento de confirmação e não refutação da hipótese à luz da prova disponível nos autos.
- II. A tutela provisória pode ser satisfativa ou cautelar, fundando-se na urgência ou na evidência.
- III. A estabilização da tutela provisória constitui uma técnica de sumarização material e procedimental.
- IV. A tutela da evidência está fundada na necessidade de distribuição isonômica do tempo entre os litigantes.

Quais estão corretas?

- A) Apenas II.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas III e IV.
- D) Apenas II, III e IV.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 59 – Sobre a norma que distribui o risco de inesclarecibilidade das alegações de fato no processo, é INCORRETO afirmar que:

- A) Se exaure em uma dimensão subjetiva, que impõe uma regra de instrução para as partes.
- B) Prevê um ônus de provar, um ônus de persuadir e um dever de julgar.
- C) Pode ser distribuída de forma estática ou dinâmica.
- D) Tem uma dimensão objetiva, que impõe uma regra de julgamento para o juiz.
- E) Pode ser invertida, desde que observadas as condicionantes materiais e processuais previstas em lei.

QUESTÃO 60 – Sobre a tutela dos direitos, é INCORRETO afirmar que:

- A) A tutela inibitória é uma tutela preventiva contra o ilícito, que exige, porém, a alegação e prova do fato danoso para a sua concessão de forma definitiva.
- B) A tutela dos direitos promovida pelo processo envolve um duplo discurso: a prolação de uma decisão justa para o caso e a promoção da unidade do direito mediante precedentes.
- C) A tutela de remoção do ilícito é uma tutela repressiva contra o ilícito, que independe de alegação de dolo, culpa ou dano para a sua concessão.
- D) A tutela específica é aquela que entrega à parte aquilo, tudo aquilo e exatamente aquilo que ela tem direito no plano do direito material.
- E) A tutela ressarcitória é uma tutela contra o fato danoso.

QUESTÃO 61 – A *ratio decidendi* de um julgado:

- A) Constitui a parte não vinculante do precedente, também conhecida como *holding* da decisão.
- B) Constitui as razões necessárias e suficientes para a solução de uma dada questão.
- C) Confunde-se com o *obiter dictum*, sendo sempre condicionada por um conjunto de fatos.
- D) Constitui a parte vinculante de uma decisão, que só pode ser afastada mediante uma técnica chamada de superação do precedente.
- E) É sinônimo de precedente, súmula e tese.

QUESTÃO 62 – Sobre a superação de um precedente do STF, é correto afirmar que:

- A) Qualquer juízo ou tribunal pode fazê-lo, desde que o faça de forma fundamentada.
- B) Tem sempre eficácia *ex nunc*.
- C) Confunde-se com a modulação dos efeitos da decisão em controle de constitucionalidade.
- D) Tem, em regra, eficácia *ex tunc*.
- E) Exige quórum qualificado de dois terços dos membros da corte.

QUESTÃO 63 – Sobre a ação rescisória, é correto afirmar que:

- A) Tem a mesma natureza e o mesmo objeto da ação anulatória de atos processuais das partes.
- B) Pode ser fundada em violação manifesta de precedente.
- C) Não pode ser dirigida a apenas um dos capítulos da decisão.
- D) Visa sempre à tutela do devido processo, potencialmente violado no processo em que prolatada a decisão rescindenda.
- E) Depende sempre de depósito prévio de 5% sobre o valor da causa, sob pena de indeferimento da petição inicial.

QUESTÃO 64 – Sobre os embargos de declaração, é correto afirmar que:

- A) Possuem sempre efeito suspensivo.
- B) Interrompem, e não suspendem, o prazo para a interposição de outros recursos.
- C) Têm, em regra, efeitos infringentes.
- D) Jamais podem ser inadmitidos automaticamente.
- E) Dependem sempre de contraditório para o seu julgamento.

QUESTÃO 65 – Pode a Fazenda Pública defender-se na Execução:

- A) Mediante embargos à execução, que, no entanto, sempre dependem da garantia do juízo.
- B) Mediante objeção de executividade, também conhecida como exceção de pré-executividade, desde que a matéria alegada seja de ordem pública e passível de conhecimento com base exclusivamente em prova documental.
- C) Alegando prescrição intercorrente, a qualquer momento, ainda que mediante petição avulsa, mesmo que já decidida a questão.
- D) Mediante embargos à execução, cuja cognição é sempre plena e exauriente.
- E) Apenas mediante embargos à execução.

QUESTÃO 66 – Sobre o mandado de segurança, é correto afirmar que:

- A) A expressão “direito líquido e certo” diz respeito à efetiva existência do direito alegado em juízo.
- B) A expressão “direito líquido e certo” diz respeito à cognição *secundum eventum probationis* admitida em seu procedimento.
- C) A autoridade coatora é sempre parte no processo, não podendo ser considerada em qualquer circunstância simples fonte de prova.
- D) Jamais é cabível para impugnar atos judiciais.
- E) Tem prazo de 60 dias para a sua impetração.

QUESTÃO 67 – No cumprimento de sentença, é correto afirmar que:

- A) A lógica da condenação seguida de execução forçada é o meio comum para a tutela dos direitos.
- B) As técnicas executivas devem guardar proporcionalidade com os fins a serem alcançados, observando-se especialmente a regra do meio menos oneroso para o executado, desde que igualmente idôneo para a tutela dos direitos do exequente.
- C) A lógica da tutela específica cede à lógica da tutela pelo equivalente monetário.
- D) Toda e qualquer técnica executiva deve ser empregada para a tutela do direito, ainda que outra, menos gravosa e igualmente idônea, pudesse ser empregada.
- E) Tutela pelo resultado prático equivalente é sinônimo de tutela ressarcitória.

QUESTÃO 68 – Sobre a reclamação, é correto afirmar que:

- A) Constitui incidente processual que visa à tutela da autoridade de uma decisão judicial, de uma súmula vinculante e à preservação de competência.
- B) Constitui uma ação que visa apenas à tutela da súmula vinculante e das decisões das cortes supremas.
- C) Constitui uma ação cujo efeito está na cassação, pelo tribunal, da decisão exorbitante de seu julgado ou na determinação de medida adequada à solução da controvérsia.
- D) A legitimidade passiva é circunscrita apenas àquelas pessoas que participam do processo em que originada a decisão reclamada.
- E) Constitui sucedâneo da ação rescisória.

QUESTÃO 69 – Com o objetivo de estimular a permanência do servidor público em atividade, a Constituição Federal, no § 19 do Art. 40, dispõe sobre o abono de permanência. Assinale a alternativa que reúne informações corretas acerca do abono de permanência, de acordo com o citado dispositivo constitucional.

- A) Está sujeito, quanto a sua instituição, a juízo de conveniência e oportunidade dos entes subnacionais; pode ser percebido até a aposentadoria compulsória; destina-se ao servidor que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária; o valor tem como limite a contribuição previdenciária do servidor; pode ser regrado por lei ordinária dos Estados e dos Municípios.
- B) Destina-se ao servidor que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária; tem natureza indenizatória, sobre o valor do abono não incidindo Imposto de Renda; pode ser percebido até a idade-limite de 75 anos; o valor deve corresponder à contribuição previdenciária do servidor.
- C) Pode ser percebido até o servidor completar a idade para aposentadoria compulsória; tem natureza remuneratória, sobre o valor do abono incidindo Imposto de Renda; deve ser regrado pelas constituições estaduais e pelas leis orgânicas municipais; o valor tem como limite a contribuição previdenciária do servidor.
- D) Destina-se ao servidor que tenha completado as exigências para aposentadoria compulsória; tem natureza remuneratória, sobre o valor do abono incidindo Imposto de Renda; pode ser regrado por lei ordinária dos Estados e dos Municípios.
- E) Está sujeito, quanto a sua instituição, a juízo de conveniência e oportunidade dos entes subnacionais; pode ser percebido até a idade-limite de 75 anos; tem natureza indenizatória, sobre o valor do abono não incidindo Imposto de Renda; deve ser regrado pelas constituições estaduais e pelas leis orgânicas municipais.

QUESTÃO 70 – O benefício pensão por morte devido aos dependentes dos segurados civis do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do Estado do Rio Grande do Sul:

- I. Será equivalente à remuneração do cargo e será vitalício ao cônjuge ou companheiro do servidor morto em decorrência de agressão sofrida no exercício ou em razão da função.
- II. Tem como requisitos ao deferimento ao companheiro a demonstração de convivência pública e demais elementos que caracterizam a união estável como entidade familiar, hetero ou homoafetiva, e a comprovação da dependência econômica em relação ao segurado.
- III. É concedido nos termos da legislação estadual, mas deve observar, por determinação de norma da Constituição Federal, o piso de um salário mínimo nas hipóteses em que benefício se tratar da única fonte de renda formal auferida pelo dependente.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 71 – Analise as seguintes opções acerca do tempo e das aposentadorias tidos como especiais:

- I. Os servidores públicos estaduais, cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes prejudiciais à saúde, podem ser destinatários de lei complementar do respectivo ente federativo que, após a Emenda nº 103/2019 à Constituição Federal, estabeleça idade e tempo de contribuição diferenciados à aposentadoria.
- II. Aos segurados do Regime Geral de Previdência Social que comprovarem tempo de efetivo exercício em atividade sujeita a condições especiais que efetivamente prejudiquem a saúde, cumprido até a Emenda nº 103/2019 à Constituição Federal, é reconhecida a conversão de tempo especial em comum, na forma da Lei nº 8.213/1991.
- III. Os servidores públicos têm direito à conversão, em tempo comum, do tempo de contribuição prestado em condições prejudiciais à saúde ou à integridade física, até a Emenda nº 103/2019 à Constituição Federal, mediante a aplicação das normas de aposentadoria especial contidas na Lei nº 8.213/1991.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 72 – Considerando o disposto nas Constituições Federal e do Estado do Rio Grande do Sul, bem como a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, acerca do limite máximo ou teto do valor dos benefícios previdenciários do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do Estado do Rio Grande do Sul, é INCORRETO afirmar que:

- A) A norma do inciso XI do Art. 37 da Constituição Federal – teto de retribuição –, em sua redação vigente, é autoaplicável.
- B) O teto constitucional incide sobre o montante que resulta da cumulação de pensão por morte, de remuneração e de proventos de aposentadoria percebidos por servidor público, nas hipóteses em que o fato gerador do benefício pensão tenha ocorrido após a Emenda nº 19/1998 à Constituição Federal.
- C) Nos proventos dos Procuradores de Estado, somados às demais parcelas remuneratórias que os compõem, os honorários sucumbenciais não devem exceder o valor do subsídio dos Ministros do STF.
- D) As parcelas remuneratórias incorporadas como vantagens pessoais, com repercussão na composição de benefício pensão por morte concedido anteriormente à Emenda nº 41/2003 à Constituição Federal, estão ressalvadas, pela garantia da irredutibilidade, da incidência do teto constitucional.
- E) O subteto ou teto remuneratório estadual, de acordo com o fixado na Constituição do RS, é unificado, correspondendo ao subsídio em espécie dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado, limitado a 90,25% do subsídio dos Ministros do STF.

QUESTÃO 73 – Em relação aos militares do Estado do Rio Grande do Sul e sua proteção social, é correto afirmar que:

- A) Foram desvinculados, pela Emenda nº 78/2020 à Constituição do Estado, do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do Estado do Rio Grande do Sul, de caráter contributivo e solidário.
- B) Têm suas alíquotas de contribuição destinadas à remuneração na inatividade e à pensão fixadas, por lei complementar estadual, em iguais patamares às dos servidores civis vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do Estado do Rio Grande do Sul.
- C) Após a Emenda nº 103/2019 à Constituição Federal, podem filiar-se ao sistema de proteção social dos militares das Forças Armadas.
- D) Estão excluídos das normas constitucionais que estabelecem limite máximo ou teto aos proventos e à pensão.
- E) As normas gerais relativas à inatividade e à pensão militar devem ser submetidas à Assembleia Legislativa.

QUESTÃO 74 – Assinale a alternativa que NÃO corresponde a uma norma constitucional incidente aos regimes próprios de previdência social – RPPS (União, Estados, Distrito Federal e Municípios).

- A) Limitação do rol de benefícios previdenciários às aposentadorias, à pensão por morte e ao auxílio-reclusão.
- B) Interdição de fixação de proventos de aposentadoria em valor inferior ao salário mínimo.
- C) Vedação de complementação de aposentadorias e pensões por morte, salvo se referente ao regime de previdência complementar dos servidores ou se prevista na lei que extinga o RPPS.
- D) Garantia de reajustamento dos benefícios previdenciários para preservá-los, em caráter permanente, o valor real.
- E) Proibição de qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.

QUESTÃO 75 – Emendas ao texto da Constituição Federal, especialmente a partir de 1998, têm promovido uma paulatina aproximação entre os regimes próprios de previdências social (RPPS) e o Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Correspondem a normas constitucionais que corroboram a assertiva acima:

- I. Observação, pelos RPPS, no que couber, de requisitos e critérios fixados para o RGPS, além do quanto disposto no Art. 40 da Constituição Federal.
- II. Disciplina unificada das regras para cálculo dos proventos de aposentadoria dos servidores públicos titulares de cargos efetivos, especialmente daqueles que aderirem à previdência complementar.
- III. Aplicação, aos RPPS, de vedações, regras e condições para a acumulação de benefícios previdenciários estabelecidas no RGPS.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 76 – À luz do disposto na Seção I do Capítulo II do Título VIII e demais disposições da Constituição Federal, a seguridade social e os princípios que devem nortear sua organização, assinale a alternativa correta.

- A) Visando a aprimorar o orçamento da seguridade social, ao objetivo da diversidade da base de financiamento é acrescida a determinação para que nas áreas da saúde, da previdência e da assistência social sejam identificadas rubricas contábeis específicas de despesas e receitas no orçamento, preservado o caráter contributivo da previdência social.
- B) Extrai-se do princípio da seletividade e distributividade na prestação de benefícios e serviços a apuração dos riscos sociais e a dimensão dos mecanismos de proteção custeados pelo Estado aos segurados.
- C) Caracteriza-se o objetivo do caráter democrático da administração da seguridade social pela gestão tripartite nos órgãos colegiados, neles assegurada a participação de empregados, de empregadores e do Governo.
- D) O princípio da contrapartida ou precedência da fonte de custeio tem incidência ainda quando a criação, a majoração ou a extensão de benefícios ou serviços da seguridade social derive do próprio texto constitucional.
- E) Ausente do elenco de objetivos explicitados no Art. 194 da Constituição Federal, a norma principiológica da solidariedade não pode ser tida como pressuposto do sistema de seguridade social.

QUESTÃO 77 – A Saúde, um dos pilares da seguridade social, direito de todos e dever do Estado, encontra disciplina constitucional específica na Seção II (Da Saúde) do Capítulo II (Da Seguridade Social) do Título VIII (Da Ordem Social) da Constituição Federal. Estão em conformidade com a orientação firmada pelo Supremo Tribunal Federal:

- I. Os recursos mínimos orçamentários vinculados às ações e serviços públicos de saúde (CF, Art. 198, § 2º) devem estar definidos, em Estados e Municípios, nas respectivas constituições e leis orgânicas.
- II. A ausência de registro na ANVISA obstaculiza, como regra geral, o fornecimento de medicamento por decisão judicial, bem assim não pode o Estado ser obrigado a fornecer medicamentos experimentais.
- III. É solidária a reponsabilidade da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em decorrência da competência comum, nas demandas prestacionais na área da saúde.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 78 – Considerando as normas de Direito do Trabalho vigentes, analise as seguintes assertivas:

- I. As férias serão concedidas por ato do empregador e, conforme sua conveniência, poderão ser usufruídas em até três períodos, nenhum deles inferior a dez dias corridos.
- II. A não concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo previsto em lei, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, implica o pagamento de indenização equivalente ao dobro do valor da remuneração correspondente ao tempo de intervalo.
- III. Desde que por acordo coletivo de trabalho ou convenção coletiva de trabalho, é facultado estabelecer uma jornada de trabalho de doze horas consecutivas por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, observados ou indenizados os intervalos para repouso e alimentação.
- IV. É lícito o regime de compensação de jornada estabelecido por acordo individual, tácito ou escrito, para a compensação no mesmo mês.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas IV.
- E) Apenas I, II e III.

QUESTÃO 79 – Considerando as normas de Direito do Trabalho vigentes, é correto afirmar que:

- A) Ao empregado contratado mediante empresa interposta, em caráter temporário ou indeterminado, é assegurada a remuneração equivalente à percebida pelos empregados de mesma categoria da empresa tomadora ou contratante.
- B) Por não se considerar tempo à disposição do empregador, não será computado como período extraordinário o que exceder a jornada normal, ainda que ultrapasse o limite de cinco minutos previsto na CLT, quando o empregado, por escolha própria, buscar proteção pessoal, em caso de insegurança nas vias públicas ou más condições climáticas, bem como adentrar ou permanecer nas dependências da empresa para exercer, entre outras razões, sua higiene pessoal.
- C) Nos regimes de trabalhos remotos ou "teletrabalho", a responsabilidade pela aquisição, manutenção ou fornecimento dos equipamentos tecnológicos e da infraestrutura necessária e adequada à prestação do trabalho é do empregador, mediante dispêndio direto ou reembolso ao empregado.
- D) Nos contratos individuais de trabalho poderá ser pactuada cláusula compromissória de arbitragem, por iniciativa do empregado ou mediante a sua concordância expressa, desde que o empregado seja portador de diploma de nível superior e que perceba salário mensal igual ou superior a duas vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.
- E) Cabe ao empregador definir o padrão de vestimenta ou uniforme no ambiente laboral, que deverá ser observado pelo empregado, sob pena de configurar ato faltoso, sendo lícita a inclusão no uniforme de logomarcas da própria empresa ou de empresas parceiras e de outros itens de identificação relacionados à atividade desempenhada; em havendo a estipulação do padrão de vestimenta, ao empregador caberá o seu custeio, manutenção e higienização.

QUESTÃO 80 – Nos termos das normas de Direito do Trabalho vigentes, constitui objeto ilícito de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho a alteração prejudicial ao trabalhador do seguinte direito disciplinado em lei:

- A) Teletrabalho, regime de sobreaviso e trabalho intermitente.
- B) Banco de horas anual.
- C) Modalidade de registro de jornada de trabalho.
- D) Participação nos lucros ou resultados da empresa.
- E) Número de dias de férias devidas ao empregado.

QUESTÃO 81 – Considerando as normas de Direito do Trabalho vigentes, é correto afirmar que:

- A) Se for pactuada, por meio de convenção ou acordo coletivos de trabalho, cláusula que reduza o salário ou a jornada dos empregados, a norma coletiva deverá prever a proteção dos mesmos contra dispensa imotivada durante o prazo de vigência do instrumento coletivo.
- B) Categoria profissional ou econômica diferenciada é a que se forma pelo exercício de profissões, funções ou atividade econômica diferenciadas por força de estatuto legal especial ou em consequência de condições sociais ou econômicas singulares.
- C) A diretoria de um Sindicato, Federação, Confederação ou Central Sindical, composta por um mínimo de três pessoas, será eleita por maioria simples dos associados aptos ao voto, para um mandato de quatro anos, permitida uma reeleição.
- D) Ao Sindicato de base compete a celebração de convenções e acordos coletivos de trabalho; excepcionalmente, as Federações, na falta desta as Confederações e na falta destas as Centrais Sindicais, poderão celebrar diretamente as convenções e acordos coletivos de trabalho para reger as relações das categorias a elas vinculadas, quando inorganizadas em Sindicatos.
- E) Para o exercício das atribuições e prerrogativas previstas em lei, a Central Sindical deverá cumprir os seguintes requisitos: (I) filiação de, no mínimo, sessenta entidades sindicais distribuídas nas cinco regiões do País; (II) filiação de pelo menos dez entidades sindicais em cada uma das cinco regiões do País; (III) filiação de entidades sindicais em, no mínimo, cinco setores de atividade econômica; (IV) filiação de entidades sindicais que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total de empregados sindicalizados em âmbito nacional.

QUESTÃO 82 – Considerando a Consolidação das Leis do Trabalho e a legislação aplicável, analise as seguintes assertivas:

- I. Os dissídios individuais cujo valor não exceda a cinquenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da ação ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo na Justiça do Trabalho, excluídas deste procedimento as demandas em que é parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional.
- II. Aplica-se ao processo do trabalho brasileiro o incidente de descon sideração da personalidade jurídica previsto no Código de Processo Civil, sendo que da decisão interlocutória que acolher ou rejeitar o incidente: (a) na fase de cognição, não cabe recurso de imediato; (b) na fase de execução, cabe agravo de petição, independentemente de garantia do juízo; e (c) cabe agravo interno se proferida pelo relator em incidente instaurado originariamente no tribunal.
- III. No processo do trabalho brasileiro não são devidos honorários de sucumbência na hipótese de reconvenção.
- IV. Considera-se litigante de má-fé aquele que deduzir pretensão ou defesa contra texto expreso de lei ou fato incontroverso; alterar a verdade dos fatos; usar do processo para conseguir objetivo ilegal; opuser resistência injustificada ao andamento do processo; proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo; provocar incidente manifestamente infundado; interpuser recurso com intuito manifestamente protelatório.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas IV.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e IV.
- E) Apenas I, II e IV.

QUESTÃO 83 – Considerando a Consolidação das Leis do Trabalho e a legislação aplicável, analise as seguintes assertivas:

- I. No processo do trabalho os embargos de declaração devem ser interpostos no prazo de oito dias e sua interposição suspende o prazo de interposição de outros recursos.
- II. Cabe recurso de revista para Turma do Tribunal Superior do Trabalho das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, entre outras hipóteses, quando derem ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa da que lhe houver dado outro Tribunal Regional do Trabalho, no seu Pleno ou Turma, ou a Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, ou contrariarem súmula de jurisprudência uniforme dessa Corte ou súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.
- III. O Tribunal Superior do Trabalho, no recurso de revista, examinará previamente se a causa oferece transcendência com relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica, sendo indicadores para tanto, entre outros, o elevado valor da causa (econômica), o desrespeito da instância recorrida à jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal (política), a postulação, por reclamante-recorrente, de direito social constitucionalmente assegurado (social) e a existência de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista (jurídica).
- IV. No Tribunal Superior do Trabalho cabem embargos, no prazo de oito dias das decisões das Turmas que divergirem entre si ou das decisões proferidas pela Seção de Dissídios Individuais, ou contrárias a súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho ou súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal, sendo que a divergência apta a ensejar os embargos deve ser atual, não se considerando tal a ultrapassada por súmula do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal, ou superada por iterativa e notória jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho.

Quais estão corretas?

- A) Apenas II.
- B) Apenas II e III.
- C) Apenas III e IV.
- D) Apenas I, II e III.
- E) Apenas II, III e IV.

QUESTÃO 84 – Considerando as normas de Direito do Trabalho vigentes, analise as seguintes assertivas:

- I. São considerados serviços ou atividades essenciais, para fins do exercício regular do legítimo direito de greve, entre outros, aqueles de tratamento e abastecimento de água; produção e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis; funerários; telecomunicações; compensação bancária; e atividades médico-periciais relacionadas com a caracterização do impedimento físico, mental, intelectual ou sensorial da pessoa com deficiência, por meio da integração de equipes multiprofissionais e interdisciplinares, para fins de reconhecimento de direitos previstos em lei e no Estatuto da Pessoa com Deficiência.
- II. Nas empresas com mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de uma comissão para representá-los, com a finalidade de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores. Os empregados eleitos gozarão de algumas garantias, tais como (a) afastamento de suas funções laborais, sem prejuízo dos salários, para o exercício das prerrogativas inerentes à função representativa e (b) a vedação de dispensa desde o registro da candidatura a cargo de representação coletiva e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
- III. Os Sindicatos constituir-se-ão, em regra, por categorias econômicas ou profissionais específicas; quando, entretanto, os exercentes de quaisquer atividades ou profissões se constituírem, seja pelo número reduzido, seja pela natureza mesma dessas atividades ou profissões, seja pelas afinidades existentes entre elas, em condições tais que não se possam sindicalizar eficientemente pelo critério de especificidade de categoria, é-lhes permitido sindicalizar-se pelo critério de categorias similares ou conexas.
- IV. As convenções coletivas de trabalho, os acordos coletivos de trabalho e as sentenças normativas proferidas nos dissídios coletivos de natureza econômica têm, dentre suas cláusulas obrigatórias, a estipulação do seu prazo de vigência, que em hipótese alguma poderá ser superior a dois anos, vedada, desde 2017, a ultratividade.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I e II.
- B) Apenas I e III.
- C) Apenas II e III.
- D) Apenas III e IV.
- E) Apenas II, III e IV.

QUESTÃO 85 – Considerando a Consolidação das Leis do Trabalho e a legislação aplicável, analise as seguintes assertivas e assinale a alternativa correta.

- I. A execução no processo do trabalho poderá ser promovida indistintamente pelas partes ou de ofício pelo juiz ou pelo Presidente do Tribunal do Trabalho.
- II. Garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado oito dias para apresentar embargos, cabendo igual prazo ao exequente para impugnação.
- III. O Supremo Tribunal Federal, em decisão recente, firmou, como tese de repercussão geral, a constitucionalidade da exigência do comum acordo entre as partes, estabelecido a partir da Emenda Constitucional nº 45/2004, para o ajuizamento dos dissídios coletivos, sejam estes de natureza jurídica ou de natureza econômica.

- A) Apenas I está correta.
- B) Apenas II está correta.
- C) Apenas III está correta.
- D) Apenas I e III estão corretas.
- E) Todas estão incorretas.

QUESTÃO 86 – O dolo, como defeito do negócio jurídico:

- A) Para gerar a nulidade deve ser essencial.
- B) Se for acidental só enseja perdas e danos.
- C) O dolo do representante legal enseja solidariedade do representado.
- D) Se ambas as partes agirem com dolo, os prejuízos se compensam até os seus respectivos limites.
- E) O dolo do terceiro afeta o negócio apenas se o beneficiário tivesse conhecimento do mesmo.

QUESTÃO 87 – Quanto à teoria das invalidades, é correto afirmar que:

- A) O dolo e o erro geram anulabilidades, enquanto a coação e a simulação geram nulidades.
- B) A fraude à lei equipara-se à fraude a credores, gerando nulidade do ato.
- C) Mesmo se nulo, o negócio jurídico pode converter-se em outro se estiverem presentes os requisitos deste e subsistir o fim visado pelas partes se antevíssem a nulidade.
- D) O negócio anulável, para ser sanado, deve ser confirmado de modo expresso, mesmo que já executado pelo lesado que sabia do vício.
- E) Na ausência de prazo cominado para a anulabilidade do negócio aplica-se a regra geral da prescrição.

QUESTÃO 88 – NÃO é causa interruptiva da prescrição:

- A) O despacho de juiz incompetente que ordena a citação.
- B) O protesto cambial.
- C) O reconhecimento inequívoco do devedor judicial ou extrajudicialmente.
- D) A constituição em mora do devedor por ato extrajudicial.
- E) O protesto judicial determinado por juiz, ainda que incompetente.

QUESTÃO 89 – Analise as assertivas abaixo:

- I. A solidariedade pode gerar obrigação pura para um dos devedores e condicional para outro.
- II. Se a prestação se converter em perdas e danos, a solidariedade passiva se extingue pelo caráter divisível da prestação.
- III. Se houver renúncia da solidariedade em relação a um dos devedores, persistirá para os demais.

Quais estão corretas?

- A) Apenas III.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 90 – Assinale a alternativa correta.

- A) A evicção parcial só pode gerar o desfazimento do contrato se a parte perdida for considerável.
- B) A evicção não se aplica se a aquisição for feita em hasta pública.
- C) Não é possível excluir a responsabilidade por evicção.
- D) Entre as indenizações devidas pela evicção não se encontram as benfeitorias.
- E) O conhecimento de que a coisa era litigiosa não elide a evicção.

QUESTÃO 91 – A compra e venda de ascendente para descendente:

- A) Importa em nulidade da compra e venda.
- B) Para ser válida precisa do consentimento dos demais descendentes e do cônjuge independentemente do regime de bens.
- C) Para ser válida precisa do consentimento dos demais descendentes e do cônjuge, exceto no regime da separação total voluntária.
- D) O prazo para a ação é de 4 anos contados da data do falecimento do vendedor.
- E) O prazo para ação é de 2 anos contados da data do ato de compra e venda.

QUESTÃO 92 – Quanto à responsabilidade civil, é correto afirmar que:

- A) A responsabilidade do incapaz é subsidiária.
- B) A culpa concorrente pressupõe uma desproporção entre o dano e a gravidade da culpa.
- C) A indenização por injúria, difamação ou calúnia depende da prova de prejuízo material.
- D) O direito de exigir reparação só se transmite aos herdeiros se a ação de indenização estivesse ajuizada na data do falecimento da vítima.
- E) A independência entre responsabilidade civil e penal inclui a autoria e a materialidade do dano.

QUESTÃO 93 – A exceção do contrato não cumprido

- A) aplica-se aos contratos bilaterais e aos unilaterais.
- B) é diferente da exceção de insegurança que se aplica aos unilaterais.
- C) pode ser exercida apenas nas prestações simultâneas.
- D) uma vez alegada conduz à resolução do contrato.
- E) pode ser invocada por contratante que esteja em mora.

QUESTÃO 94 – Os temas do capital social e do objeto social são reconhecidos como parte essencial da Teoria Geral do Direito Societário. Com base nesta assertiva, assinale a alternativa correta.

- A) Não se exige, de regra, um capital social mínimo para a constituição de uma sociedade anônima ou limitada.
- B) Na medida em que o direito brasileiro adota a desconsideração da personalidade jurídica o tema da tutela da integridade do capital social mostra-se irrelevante, razão pela qual dele não se ocupa a legislação federal vigente.
- C) Tanto a sociedade anônima quanto a limitada podem adotar um objeto social impreciso e indeterminado, na medida em que a liberdade de iniciativa assegura o exercício de qualquer atividade lícita pela organização de uma empresa.
- D) A legislação federal que regula as sociedades anônimas não admite a redução do capital social em nenhuma hipótese porque tal redução viria em prejuízo dos terceiros que contratam com a sociedade.
- E) Nenhuma alternativa está correta.

QUESTÃO 95 – Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.

- I. Todo o poder de controle na sociedade anônima se concentra na figura de seus administradores, especialmente nas companhias fechadas.
- II. O direito brasileiro define e regula o poder de controle na sociedade anônima, inclusive para efeito de impor limites ao seu exercício, mediante um regime de responsabilidade específico.
- III. O tema do poder de controle na sociedade anônima escapa do âmbito de abrangência do direito societário, sendo objeto de tratamento exclusivo pelo direito econômico.

- A) Apenas I está correta.
- B) Apenas II está correta.
- C) Apenas III está correta.
- D) Apenas I e II estão corretas.
- E) Todas estão incorretas.

QUESTÃO 96 – Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.

- I. O Estado pode ser acionista minoritário de uma sociedade anônima, mas em nenhuma hipótese poderá ser titular de direitos de voto especiais, uma vez que a Lei Federal nº 6.404/1976 consagra o princípio da absoluta paridade de direitos entre todos os acionistas.
- II. A participação do Estado em uma sociedade a transforma necessariamente em uma sociedade de economia mista.
- III. O Estado pode ser titular de ação preferencial de classe especial em qualquer sociedade anônima que lhe confira o poder de veto a determinadas deliberações assembleares devidamente especificadas no estatuto social.
- IV. O Estado pode ser titular de ação preferencial de classe especial em sociedade anônima que tenha sido objeto de desestatização que lhe confira o poder de veto a determinadas deliberações assembleares devidamente especificadas no estatuto social.

- A) Apenas I está correta.
- B) Apenas II está correta.
- C) Apenas IV está correta.
- D) Apenas III e IV estão corretas.
- E) Todas estão incorretas.

QUESTÃO 97 – Analise as assertivas abaixo:

- I. O mercado interno integra o patrimônio público nacional e será incentivado nos termos de Lei Federal.
- II. Quanto à competência para legislar em matéria de Direito Econômico, as normas gerais que a União editar irão ofertar balizamentos para a política econômica a ser adotada por ela, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.
- III. As normas gerais editadas pela União em matéria de Direito Econômico podem impor a todos os entes da Federação o dever de desregulamentar a economia e alienar os respectivos ativos.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas II e III.

QUESTÃO 98 – Analise as assertivas abaixo:

- I. Os tipos incriminadores da Lei nº 13.869/2019 (Lei do Abuso de Autoridade) não se perfectibilizam quanto ao elemento subjetivo com o mero dolo genérico, exigindo tenha a conduta do agente a finalidade específica de prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou, ainda, por mero capricho ou satisfação pessoal.
- II. Em face do princípio da excepcionalidade do delito culposo, os crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral são puníveis a título de dolo, não havendo previsão de punição por culpa.
- III. O Código Penal Brasileiro adota a teoria limitada da culpabilidade, que considera erro de tipo o erro do agente que recair sobre a existência de causa de justificação (discriminantes putativas), excluindo o dolo, mas permitindo a punição por delito culposo se houver previsão.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas I e III.

QUESTÃO 99 – Francisco, delegado de polícia, apresentou sua carteira funcional e invocou sua condição de autoridade policial para ingressar sem passar pela fila e sem pagar ingresso, em boate da Zona Sul da Capital, onde fora jantar e dançar com sua namorada durante sua noite de folga. Na ocasião, também invocou sua condição para não efetuar o pagamento da bebida consumida. Na semana seguinte, retornou à boate, agora em serviço, para averiguar a ocorrência de tráfico de entorpecentes no local. Agora solicitou, para “aliviar” a fiscalização e não prejudicar a imagem do estabelecimento, jantar e bebida de graça para toda sua equipe. Considerando o enunciado é correto afirmar que Francisco cometeu:

- A) Crime de abuso de autoridade, duas vezes.
- B) Crime de corrupção passiva, duas vezes.
- C) Crime de corrupção na segunda oportunidade, não praticando ilícito penal na primeira ocasião.
- D) Crime de abuso de autoridade na primeira ocasião e de corrupção passiva na segunda oportunidade.
- E) Crime de abuso de autoridade na primeira ocasião e de prevaricação na segunda oportunidade.

QUESTÃO 100 – Analise as assertivas abaixo:

- I. Os crimes materiais contra a ordem tributária previstos no artigo 1º, incisos I a V, da Lei nº 8.137/90, só se perfectibilizam com o lançamento definitivo do tributo.
- II. Constitui crime contra a ordem tributária deixar de recolher, no prazo legal, valor de tributo cobrado na qualidade de sujeito passivo da obrigação e que deveria recolher aos cofres públicos.
- III. O pagamento do tributo devido, com seus acessórios, é causa de extinção da punibilidade do crime contra a ordem tributária e, caso efetuado antes do oferecimento da denúncia, impede a punição pelo crime de lavagem de dinheiro de que a sonegação fiscal era infração penal antecedente.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e III.
- E) Apenas II e III.